

**HABEAS CORPUS Nº 514.820 - SP (2019/0166029-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : GLEICA JULIA FERREIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : ANTONIO EDUARDO BATISTA DE SOUZA - DF043702  
GLEICA JULIA FERREIRA - DF054050  
PETERSON RODRIGO LEITE FIGUEIREDO - SP390351  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALVARO ROSOLEM

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALVARO ROSOLEM apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0034951-53.2006.8.26.0602).

Segundo os autos, o paciente foi condenado a "08 (oito) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 83 (oitenta e três) dias-multa, no valor unitário mínimo legal, atualizado monetariamente, como incurso no artigo 171, caput, por dezesseis vezes, combinado com o artigo 71, caput, ambos do Código Penal" (e-STJ fl. 50). Foi deferido ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Irresignadas, tanto a defesa quanto a acusação interpuseram recurso de apelação. Em sessão realizada no dia 18/4/2018, o Tribunal *a quo* deu "PROVIMENTO PARCIAL ao apelo do réu para reconhecer a confissão, reduzindo a pena de cada crime para 4 anos e 2 meses de reclusão e 41 dias-multa; e, PROVIMENTO TOTAL ao apelo ministerial para afastar a continuidade, fixando a pena final do réu em 66 anos e 8 meses de reclusão e 656 dias-multa" (e-STJ fl. 51). O acórdão recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 52):

*PRELIMINAR - inépcia da denúncia - preenchimento dos requisitos legais - preliminar afastada.*

*PRESCRIÇÃO - não decorrido o prazo prescricional pela pena in concreto fixada na sentença - preliminar afastada.*

*CONEXÃO - indução de prevenção, mas não implicando em nulidade do feito - preliminar afastada.*

*ESTELIONATOS - venda de veículos alienados, com compromisso de quitação de financiamento não cumpridos, causando prejuízo às vítimas — materialidade e autoria comprovadas pela prova oral -*

*confissão do réu ratificada pelo depoimento das vítimas e testemunhas arroladas.*

*PENA - base fixada no máximo legal para todos os estelionatos em razão do número de vítimas - valores altos dos prejuízos sofridos por cada vítima e personalidade do agente, indicando ser criminoso habitual, especializado nesta espécie de crime autorizam a fixação - uso de argumento não utilizado na r.sentença - diferença entre fato processual e fato penal - proibição, pelo princípio da correlatividade, de alteração no aspecto horizontal - possibilidade de alteração no tocante à profundidade - princípio do tantum devolutum quantum appellatum restrito ao objeto da impugnação e não aos fundamentos utilizados - restrição existente tão somente para o respeito ao princípio do non reformatio in pejus - precedentes das Cortes Superiores - reconhecida a atenuante de confissão, com redução na dosimetria na fração de 1/6 - afastamento da continuidade, dada a habitualidade do réu - provimento parcial ao apelo da defesa e provimento total do apelo da acusação.*

*PRESCRIÇÃO RETROATIVA - inocorrência.*

Nessa ocasião, foi determinada, após o esgotamento da instância ordinária, a execução provisória da pena.

Contra esse acórdão a defesa opôs sucessivos embargos de declaração, tendo sido todos rejeitados (e-STJ fls. 1625/1636 e 1649/1655).

Nesta instância, a defesa aponta haver desproporcionalidade, carência de fundamentação idônea (e-STJ fls. 14/24) e violação à Súmula n. 444/STJ na fixação da pena pela Corte estadual, pois o "acórdão recorrido exasperou a pena-base acima do quádruplo do mínimo legal, fixando-a em 04 anos e 02 meses para cada crime que, somadas no concurso material (16 vezes), redundou na exacerbada pena de 66 anos e 08 meses de reclusão e 656 dias-multa para um delito de estelionato simples, cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, considerando se tratar o Paciente de réu primário e de bons antecedentes, majorando abruptamente a pena com fundamento na existência de ações penais conexas em curso, o que é um despropósito" (e-STJ fl. 6).

Sustenta que "a prescrição da pretensão punitiva estatal na modalidade retroativa já fora reconhecida em outros processos conexos à Apelação Penal n. 0034951-53.2006.8.26.0602, oriundos do mesmo e único inquérito policial, cujas denúncias são idênticas, ou seja, cópia uma da outra, alterando-se tão somente em relação ao nome das vítimas" (e-STJ fl. 6).

Assim, afirma que, *"por consequência do redimensionamento da pena-base em qualquer das hipóteses - concurso material (16 vezes) ou no crime continuado - a fixação de 1 ano e 6 meses incide sobre a pena de cada delito isoladamente, à inteligência do artigo 119, do Código Penal, portanto, inarredável o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal na modalidade retroativa, haja vista transcorrido período superior ao prazo prescricional de 04 anos entre a data dos fatos (2000/2002) e o recebimento da denúncia (31/07/2007), à inteligência do artigo 111, inciso I, c/c o artigo 117, inciso I, do Código Penal. Ante o exposto, é o caso de extensão dos efeitos do resultado do julgamento do Habeas Corpus n. 399.087/SP, que concedeu a Ordem ao Paciente, reconhecendo a ocorrência do fenômeno da prescrição retroativa"* (e-STJ fl. 24).

Diante disso, requer, em tema liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado. No mérito, pugna pela *"extensão do resultado do julgamento do Habeas Corpus n. 399.087/SP (29/05/2019), originário de proc. penal conexo n. 0036862-03.2006.8.26.0602, redimensionando a pena-base no mínimo legal de 01 (um) ano ou, alternativamente, que seja fixada a pena-base em 01 (um) ano e 06 (seis) meses para cada delito - concurso material (16 vezes) - no entanto, em qualquer das hipóteses, a pena incide sobre cada delito isoladamente, portanto, de rigor a aplicação [...] da prescrição da pretensão punitiva estatal na modalidade retroativa"* (e-STJ fl. 29).

Os autos foram a mim distribuídos por prevenção do HC n. 393.873/SP.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. Afinal, a eventual similitude fática com a situação apreciada no HC n. 399.087/SP, a implicar o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva retroativa na hipótese dos presentes autos, não exsurge com a clareza sustentada pelos impetrantes.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de medida liminar.**

Solicitem-se informações Tribunal de origem, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator